

DESPACHO:

*C. de, à - de
ent.*


Carlos Bernardes,
Presidente
2020/11/26

De: Inês Lopes
Para: Presidente da Câmara
C/C: Director do Departamento de Estratégia

N.º processo: Proc. 118/2019/AJ5

Data: 26.11.2020

Assunto:

Contrato-programa de desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Clube União Torreense. Cedência, gestão e utilização de património desportivo público. Estádio Municipal Manuel Marques e complexo desportivo. Registo MGD nº 24833 de 26.11.2020. Requerente: Sport Clube União Torreense (S.C.U.T.)

Sobre o assunto em epígrafe informo o seguinte:

1. Por requerimento a que foi atribuído o nº 24833, de 26.11.2020, o SCUT apresentou ao município um pedido de apoio visando a ampliação das instalações do Estádio Municipal Manuel Marques, através da construção de dois campos de treino relvado e estruturas de apoio em prédios rústicos situados a norte do estádio e que integram o domínio privado do município.
2. A operação urbanística pretendida foi objeto de um pedido de informação prévia apresentado pelo Clube, ao abrigo do artigo 14º do RJUE, e que está a tramitar na DGU sob o nº de processo IP/81/2019.
3. Refere ainda o SCUT que o projecto de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos visa a prossecução de um programa desportivo nos termos do Decreto-Lei nº 273/2009, na sua actual redacção.
4. Ao pedido foram juntos o programa de desenvolvimento desportivo a implementar nas instalações a ceder e documentos comprovativos da regularização das obrigações fiscais e para com a segurança social;
5. O pedido foi analisado pela DEAF, que, em síntese, informa que o Estádio Manuel Marques e a ampliação prevista, com a construção das infraestruturas referidas, constituem recursos fundamentais para o desenvolvimento do projeto desportivo do SCUT, sugerindo a

realização de um contrato programa para atribuição do direito de utilização das instalações existentes e das referidas na ampliação prevista, dotando o clube de condições materiais para o desenvolvimento do seu projeto desportivo, o qual deve considerar as obrigações de cada uma das partes.

6. Foi solicitado à Área Jurídica informação sobre o enquadramento legal e formalização do apoio pretendido pelo SCUT.

Assim vejamos,

7. Em 29.02.2008, sob proposta da câmara municipal (deliberações de 22.01.2008 e 07.02.2008), a assembleia municipal autorizou a aquisição pelo município de Torres Vedras do prédio urbano onde se situa o Estádio Municipal Manuel Marques.
8. Em 28.03.2008 a AJ analisou uma proposta de protocolo de utilização do estádio elaborada pela unidade orgânica responsável pelo desporto e actividade física.
9. Em 14.10.2008 a câmara aprovou uma minuta que foi denominada “contrato de comodato” visando a cedência do referido estádio ao SCUT e a definição do respectivo regime de utilização.
10. E em 25.11.2008, após concordância do SCUT, foi aprovada a minuta, ainda que com alteração do prazo de vigência para 5 anos, renovável automaticamente por períodos de 4 anos, de modo a coincidir com os mandatos autárquicos (vd. acta respectiva).
11. Nesta sequência, verifica-se que o referido contrato apenas foi formalizado em 19.08.2014.
12. Sucede que, à data da assinatura do contrato e que corresponde ao seu início de vigência, já vigoravam a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro) e o Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro, determinando este último que os actos de cedência gratuita do uso ou gestão de património desportivo público a entidades privadas são condicionados à assunção por estas de contrapartidas de interesse público que constam do contrato-programa que titulou a cedência gratuita do uso ou gestão do referido património (cfr. artigo 17º, nº 1 e 2).
13. Ou seja, muito embora o comodato assinado em 2014 com base em deliberações camarárias de 2008 não contenha a concessão de apoios financeiros mas a mera cedência gratuita do equipamento e até preveja como contrapartida a possibilidade de utilização do equipamento durante 16 horas semanais por escolas ou associações e a sua utilização em eventos promovidos pelo município, em rigor, a cedência gratuita e as contrapartidas deveriam ter sido tituladas por contrato-programa de desenvolvimento desportivo.
14. Neste sentido, em parecer datado de 17.05.2019, cujo teor se dá aqui por reproduzido para todos os efeitos legais, a AJ informou que a cedência e utilização do Estádio Municipal

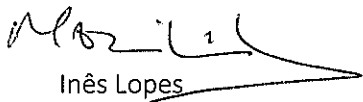
Manuel Marques deveria ser regularizada através de contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

15. Neste seguimento e na sequência de um pedido de informação prévia ao abrigo do regime jurídico da urbanização e edificação que apresentou junto do município, vem agora o SCUT solicitar a ampliação das instalações desportivas existentes, através da construção de dois campos de treino em terrenos do Município e a sua futura cedência ao clube.
16. Recorde-se que os contratos-programa de desenvolvimento desportivo visam, além da concessão de apoios financeiros, também a concessão de apoios não financeiros, materiais e logísticos aos clubes desportivos, nestes se incluindo as cedências de património desportivo público.
17. A concessão de apoios mediante a celebração destes contratos-programa visa enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto e fazer acompanhar esses apoios (financeiros e não financeiros) de uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto e de adequados mecanismos de acompanhamento e controlo da execução, certificação das contas da entidade beneficiária do apoio e publicitação.
18. Consideram-se programas de desenvolvimento desportivo os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas; os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais e as iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.
19. Consideram-se ainda como programa de desenvolvimento desportivo os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos (cfr. alínea c) do artigo 11º, nº 2 do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro).
20. Acresce ainda que quando tenham carácter plurianual, os contratos-programa têm um prazo máximo de validade de quatro anos, correspondente ao ciclo olímpico, de acordo com o artigo 18º nº 1 do DL 273/2009, de 1 de Outubro.
21. Nestes termos, a cedência e utilização do estádio Manuel Marques até aqui titulada por contrato de comodato deve ser regularizada através de contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

22. O contrato-programa deverá também enquadrar os encargos decorrentes da gestão corrente das infra-estruturas, designadamente água, electricidade, manutenção do relvado e outras.
23. O contrato que titula a cedência deve ainda definir as regras quanto à realização de quaisquer obras ou benfeitorias.
24. Por sua vez, o apoio do município concretizado na execução das obras de construção dos campos de treino a norte do Estádio e a sua futura cedência de utilização devem igualmente ser objeto do mesmo contrato-programa.
25. De acordo com o informado pela DEAF, o Clube, na sequência do pedido de informação prévia já apresentado junto do município, ficará responsável pela elaboração do projecto de execução das obras de construção dos campos de treino.
26. A cedência gratuita do uso e gestão das instalações desportivas em causa fica ainda condicionada à assunção pelo clube de contrapartidas de interesse público que constam do contrato-programa que titula a cedência e podem ter por objecto outro património desportivo de que o beneficiário seja titular.
27. O regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo determina ainda que:
 - As entidades beneficiárias de apoios devem fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas;
 - As entidades beneficiárias de apoios organizam a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato-programa e a identificação de receitas.
 - Sem prejuízo das normas contabilísticas aplicáveis, as entidades beneficiárias de apoios titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo devem manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e da insuscetibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo a aprovar pela câmara municipal.
 - Não podem beneficiar de apoios as entidades que se encontram em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social;
 - O contrato-programa, assim como os respetivos anexos, é publicitado na página eletrónica do município e entra em vigor na data da referida publicitação;
 - A comparticipação estabelecida no contrato-programa abrange a totalidade do programa desportivo a apoiar, independentemente da data do seu início;

28. Considerando o valor patrimonial do Estádio Municipal - € 1.574.905,63 – e dos prédios rústicos onde se implantarão os campos relvados, e bem assim que se trata da oneração de bem imóveis do domínio privado municipal, a celebração do presente contrato-programa fica sujeita a autorização da Assembleia municipal, nos termos do disposto pelo artigo 25º, nº 1, alínea i) do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção.
29. Nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº1, conjugado com o nº 2, ambos do artigo 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na sua actual redacção, o contrato-programa está sujeito a apreciação e competente aposição de visto prévio pelo Tribunal de Contas.
30. Nestes termos, e com base nos elementos constantes do processo, junto se anexa minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo que enquadra a cedência, gestão e utilização do Estádio Municipal Manuel Marques e a cedência futura das instalações desportivas a construir pelo município no âmbito da ampliação do referido equipamento, em execução de projecto elaborado pelo clube.

É o que se oferece dizer, s.m.o., sobre o assunto, devendo a presente informação ser remetida à reunião da câmara municipal para aprovação de proposta a submeter a decisão da assembleia municipal.



Inês Lopes

Jurista

